



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1000088-45.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Marcelo Leandro Siqueira Me**
 Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

MARCELO LEANDRO SIQUEIRA ME, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Tim Celular S/A, também qualificado, alegando que a requerente seria franqueada da requerida e que os créditos e débitos entre as partes se dariam mediante um sistema eletrônico de encontro de contas fornecido pela requerida, e que as duplicatas mercantis 154193601, 155184501, 155023001 e 155045801 que foram protestadas, teriam sido pagas em 20 de outubro e 10 de novembro de 2016, conforme extrato de encontro de contas, e afirmou que embora o débito tenha sido quitado, a requerida não teria emitido carta de anuência ou devolvido os títulos para que a requerente pudesse dar baixa no protesto antes de 11 de janeiro de 2017 e que portanto a requerente teria ficado com seu nome negativado por mais de 60 dias, e devido a isso, ao solicitar um empréstimo ao banco, o mesmo teria sido negado; afirmou que teria solicitado que a requerida retirasse o protesto indevido, mas a carta de anuência só teria sido entregue em 11/01/2017, após 60 dias da quitação do débito, conforme e-mail anexado aos autos; diante do exposto, requereu seja a presente ação julgada procedente, declarando a inexistência do débito, excluindo em definitivo o nome da requerente do cadastro de inadimplentes e, condenando a requerida, a título de indenização por danos morais, no valor equivalente 20 vezes o valor do salário mínimo, ou seja, R\$19,080,00 para que a condenação tenha seu caráter punitivo e preventivo ali representados, seja condenado a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base legal de 20% do valor da condenação, bem como seja aplicado os juros legais e correção monetária.

O réu contestou o pedido alegando que autor não teria demonstrado nenhuma prova nos autos de que a compensação teria ocorrido nas datas em que alega 20/10/2016 e 10/11/2016, e que teria faltado com a verdade ao afirmar que a carta somente teria ficado pronta em 11/01/2017, pois conforme fls. 20 a carta de anuência teria sido devidamente assinada em 27/12/2016 ficando a disposição do autor para retirada, e que o documento de fls. 21 refletiria a data em que o autor se dispôs a retirar a carta de anuência; sustentou não ser cabível danos morais, afirmando não haver nenhum indicativo de conduta ilícita por parte da ré; diante do exposto, requereu seja a demanda julgada improcedente, devendo a autora ser condenada ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios.

O autor replicou alegando que a prova da data de compensação de valores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

estaria em documento emitido pela própria requerida às fls. 14/15 e que também não teria sido entregue a carta de anuência à requerente em 27/12/2016, pois conforme documento de fls. 20, teria sido emitido na cidade do Rio de Janeiro/RJ e teria firma reconhecida no mesmo local, e uma vez que os protestos e a sede da requerente são na cidade de São Carlos/SP, não seria crível que a requerida tenha entregue a carta no mesmo dia do reconhecimento da firma, e que às fls. 21 haveria o protocolo de retirada de documento que comprovaria que a declaração de anuência teria sido retirada em 11/01/2017, por uma funcionária da própria requerida, Sra. Cristiane Pires, a qual daria o suporte de vendas para a requerente e que a mesma teria entregado a carta de anuência na sede da requerente, em São Carlos, reiterando, ao final, os pedidos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Inicialmente é de se destacar que o cerne de toda a questão debatida diz respeito à responsabilidade de cancelamento dos protestos dos títulos nº 154193601, 155184501, 155023001 e 155045801 (fls. 16/19) após a respectiva quitação conjunta dos débitos pela empresa autora (fls. 14/15).

No caso em tela, restou incontroverso que a autora estava inadimplente em relação aos citados títulos quando foram levados a protesto. Como é cediço, em tais circunstâncias é lícito ao credor protestar os títulos inadimplidos. Ao assim proceder, é de se considerar que o credor agiu no exercício regular de um direito, não havendo que se falar em conduta antijurídica neste sentido.

Contudo, realizado o adimplemento da dívida pela autora, o que se discute é a responsabilidade pelo cancelamento dos protestos. Neste diapasão, é de se reconhecer que, diante da quitação do débito, o que restou incontroverso, conforme claramente demonstra o relatório de encontro de contas de fls. 15, era dever da ré fornecer os meios necessários para o cancelamento dos apontamentos.

Não se olvida que incumbe ao devedor providenciar o cancelamento do protesto, conforme o Recurso Especial Repetitivo nº 1.339.436/SP, confira-se: *“CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. ÔNUS DO CANCELAMENTO DO PROTESTO LEGITIMAMENTE EFETUADO. DEVEDOR. CONFORME DISPÕE O ART. 2º DA LEI N. 9.492/1997, OS SERVIÇOS CONCERNENTES AO PROTESTO FICAM SUJEITOS AO REGIME ESTABELECIDO NESTA LEI. ALEGAÇÃO DE O DÉBITO TER SIDO CONTRAÍDO EM RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA, POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A REGRAMENTO ESPECÍFICO. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: “No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto. 2. Recurso especial não provido.”* (STJ, REsp 1339436/SP, Segunda Seção, Rel. Min. LUIS FELIPE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SALOMÃO, j. em 10.09.2014).

Contudo, é ônus do credor a entrega de carta de anuência ao devedor em prazo razoável para a efetivação do cancelamento do protesto, o que não foi feito no presente caso, ante a demora de mais de 30 dias, apesar do requerimento feito através de e-mail. (fls. 26/29). O pagamento do último título protestado se deu em 24/11/2016, conforme demonstra o relatório de encontro de contas de fls. 15.

E conforme se depreende do documento de fls. 20, somente em 19 de dezembro de 2016 a carta de anuência foi expedida, havendo recibo de reconhecimento de firma que data de 27/12/2016, de modo que é seguro afirmar que até referida data a carta de anuência ainda não estava disponível para retirada.

É no mesmo sentido a jurisprudência do E. TJSP: "**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELA DEMORA DO REQUERIDO NO FORNECIMENTO DE CARTA DE ANUÊNCIA PARA BAIXA DE PROTESTO – PRESCRIÇÃO AFASTADA – DEMORA DE MAIS DE 30 DIAS APÓS A QUITAÇÃO DO DÉBITO NA ENTREGA DE CARTA DE ANUÊNCIA, APESAR DO PEDIDO ADMINISTRATIVO – DANO MORAL INDENIZÁVEL CONFIGURADO – OUTROS APONTAMENTOS EM NOME DO REQUERENTE QUE FORAM DISPONIBILIZADOS APÓS A MANUTENÇÃO INDEVIDA DO PROTESTO – NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 385, DO C. STJ – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM R\$10.000.00 – RECURSO PROVIDO**". (cf; Apelação 0002185-83.2011.8.26.0597 - TJSP - 28/05/2015).

Como também: "*Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais – Duplicata mercantil protestada por falta de pagamento – Posterior quitação da dívida por depósito em conta corrente da emitente do título - Não emissão da carta de anuência ou baixa do protesto, embora dívida quitada – Legitimidade passiva da ré por figurar como sacadora da duplicata e receber o pagamento da dívida questionada - Negligência da ré fez com que o nome da autora permanecesse protestado, somente emitindo a carta de anuência para baixa do protesto após o ajuizamento da ação – Prova do dano moral que se demonstra com o próprio ato ilícito – Damnum in re ipsa – Precedentes do STJ – Danos morais arbitrados em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Sentença mantida – Recurso negado.*"(cf; Apelação 1007341-67.2016.8.26.0562; Relator (a): Francisco Giaquinto; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/12/2016; Data de Registro: 13/12/2016).

Nesse contexto, inegável o ato ilícito praticado pela ré que, mesmo ciente do adimplemento, deixou de entregar à autora documentos necessários à baixa do protesto

Dessa forma, caracterizado o dano moral indenizável. Na hipótese, trata-se de dano *in re ipsa*, que independe de prova de reflexos econômicos a respeito, bastando a prova da conduta ilícita (demora na entrega da carta de anuência ocasionando a manutenção do protesto indevidamente) para emergir a obrigação de reparar os danos.

O arbitramento da condenação respectiva deve ser feito guardando proporcionalidade com o grau de culpa do infrator e com a pretensão e situação retrata danos autos, sendo certo que o valor dos danos morais, que têm natureza punitiva e ao mesmo tempo reparadora, deve ser estimado em termos razoáveis, não se justificando imposição que possa implicar enriquecimento ilícito e nem aquela que não exerça função



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

reparadora.

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença, de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 954,00 e deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

Cumpre observar, por fim, que em ação de indenização por danos morais, a condenação em montante inferior não implica sucumbência recíproca (súmula 326 do colendo Superior Tribunal de Justiça).

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Tim Celular S/A a pagar a(o) autor(a) MARCELO LEANDRO SIQUEIRA ME a título de indenização por danos morais a importância de R\$ 9.540,00 (nove mil quinhentos e quarenta reais), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença, e CONDENO a réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 12 de julho de 2018

VILSON PALARO JUNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA